



# MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO TURVO

Estado de São Paulo  
CNPJ 44.567.014/0001-67



LEI Nº 2824, DE 23 DE MAIO DE 2025.

*“Dispõe sobre a concessão de Ticket Alimentação aos Servidores e Funcionários Públicos Municipais e dá outras providências.”*

**LUIZ FELIPE DE CASTRO TAVARES**, Prefeito Municipal de São Pedro do Turvo, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal APROVA e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

**Artigo 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fornecer mensalmente aos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas da Prefeitura Municipal de São Pedro do Turvo, Estado de São Paulo “Ticket Alimentação” no valor mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais), tendo como critério principal o dia efetivamente trabalhado pelo servidor, conforme apurado por atestado de frequência, aos ocupantes de cargos ou funções públicas na condição de ativo.

**Parágrafo 1º** - Os efeitos desta lei se estendem aos servidores do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, correndo as despesas por conta das dotações dos seus respectivos orçamentos.

**Parágrafo 2º** - Serão também beneficiados pelos efeitos desta lei, os membros do Conselho Tutelar Municipal, durante o exercício de seus mandatos.

**Parágrafo 3º** - Os valores de que se trata o caput deste artigo poderão ser atualizados por meio de Decreto.

**Artigo 2º.** O “Ticket Alimentação” será concedido aos funcionários e servidores municipais mediante o fornecimento de cartão magnético ou instrumento equivalente e utilizado exclusivamente para aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais como: supermercados, armazéns, mercearias, açougues, peixarias, hortimercados, comércio de laticínios e/ou frios, padarias e similares.

**Parágrafo 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio e/ou contrato com empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento,



# MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO TURVO

Estado de São Paulo  
CNPJ 44.567.014/0001-67



implementação e administração do "Ticket Alimentação", na forma de cartões magnéticos, observando rigorosamente as normas relativas à licitação.

**Parágrafo 2º.** Na eventualidade de restar inviabilizado o fornecimento de cartões no "caput" deste artigo ou, houver atraso na sua emissão, o "Ticket Alimentação" poderá ser excepcionalmente, disponibilizado em pecúnia, juntamente com o pagamento mensal, hipótese na qual não integrará a remuneração dos funcionários e servidores, não se incorporando para nenhum efeito.

**Parágrafo 3º.** O Cartão magnético será substituído gratuitamente caso apresente defeito de fabricação. Em caso de substituição por eventual dano involuntário, extravio ou roubo, o funcionário ou servidor municipal deverá arcar com os custos para confecção do novo cartão.

**Artigo 3º.** Terão direito ao "Ticket Alimentação" os funcionários e servidores, contratados, efetivos e comissionados que se encontrarem em efetivo exercício de suas funções e com vínculo empregatício vigente.

**Artigo 4º.** A distribuição do valor referente ao "Ticket Alimentação" de que trata a presente lei será realizada pela Prefeitura Municipal de São Pedro do Turvo, através do Departamento de Pessoal, com base ao princípio da assiduidade, no cumprimento do horário de trabalho e eficácia no desempenho de suas respectivas funções, e nos termos desta lei.

**Artigo 5º.** O "Ticket Alimentação" será concedido uma única vez, em caso de acúmulo regular de cargos, empregos ou funções, na forma Constitucional.

**Artigo 6º.** O "Ticket Alimentação" de que trata a presente lei não será:

- I. Incorporado ao vencimento, remuneração, proventos ou pensão;
- II. Configurado como rendimento tributável;
- III. Caracterizado como salário-utilidade ou prestação de salário "in natura";
- IV. Acumulável com outros de espécie semelhante, tais como vantagem pessoal originária de qualquer outra forma de auxílio;
- V. Considerado para efeitos de 13º. (décimo terceiro) salário;





# MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO TURVO

Estado de São Paulo  
CNPJ 44.567.014/0001-67



**Parágrafo único.** O "Ticket Alimentação" instituído pela presente lei não detém natureza salarial ou remuneratória.

**Artigo 7º.** O servidor não fará *jus* ao "Ticket Alimentação", quando:

- I. Afastado e/ou licenciado sem remuneração;
- II. Pelo período que estiver suspenso em decorrência de pena disciplinar;
- III. Recluso;
- IV. Por falta injustificada na proporção de dias que ocorrerem;

**Parágrafo 1º.** O disposto neste artigo não se aplica aos servidores requisitados pela Justiça Eleitoral para o período das eleições, ou ainda, convocados para participar do Tribunal de Júri e/ou para doar sangue, bem como os afastados por licença de saúde, junto ao INSS.

**Parágrafo 2º.** Para fim de cálculos dos descontos do valor do "Ticket Alimentação", referente a este artigo, levará em conta o importe de 1/22 do valor total do "Ticket Alimentação" por dia de trabalho não realizado.

**Parágrafo 3º.** O afastamento do servidor em decorrência da participação em cursos, treinamentos ou similares, por determinação do titular da pasta e/ou da autarquia será considerado como dia trabalhado para fim de recebimento do "Ticket Alimentação".

**Artigo 8º.** Os valores recebidos a título de "Ticket Alimentação" não poderão ser considerados salários, nem remuneração, não podendo em nenhuma hipótese ser incorporado aos vencimentos do servidor; não gerando direitos trabalhistas, e nem incidindo sobre os mesmos quaisquer contribuições sociais, ou seja, a que título for.

**Artigo 9º.** O pagamento indevido do "Ticket Alimentação" constitui falta grave, sujeitando o servidor responsável pelo apontamento da frequência ou à autoridade que deu causa ao feito, às penalidades previstas em lei.

**Parágrafo 1º.** Os valores pagos indevidamente serão restituídos no mês subsequente, de uma só vez, com o desconto na folha de pagamento.



# MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO TURVO

**Estado de São Paulo**  
**CNPJ 44.567.014/0001-67**



**Parágrafo 2º.** Compete ao responsável pela gestão de pessoas ou recursos humanos acompanhar os apontamentos de licenças, faltas, afastamentos; ficando a Chefia imediata corresponsável pela comunicação de fatos eventuais que ocorrerem.

**Artigo 10º.** Considerar-se-á para o pagamento do "Ticket Alimentação" a frequência integral do servidor.

**Artigo 11º.** O "Ticket Alimentação" será custeado com recurso das Secretarias que pertença o servidor, ou nela esteja lotado.

**Artigo 12º.** As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

**Artigo 13º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 1º de maio de 2025, revogadas todas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 1.970/2009.

Prefeitura Municipal de São Pedro do Turvo, 23 de maio de 2025.

  
**LUIZ FELIPE DE CASTRO TAVARES**  
**Prefeito Municipal**

REGISTRADO E PUBLICADO  
NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA  
**ALAN ARAUJO TAVARES** – Chefe de Gabinete